



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 048**

**Distribuição de Renda na Região Metropolitana de Goiânia: o que
diz o censo de 2010 e o que esperar para 2020?**

**Sandro Eduardo Monsueto
Adriana Moura Guimarães
Gabriela de Moura Silva**

NEPEC/FACE/UFG
Goiânia – Maio de 2015



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG



Distribuição de Renda na Região Metropolitana de Goiânia: o que diz o censo de 2010 e o que esperar para 2020?

Sandro Eduardo Monsueto¹
PPE/NEPEC/FACE/UFG

Adriana Moura Guimarães²
Graduanda em Economia na FACE/UFG

Gabriela de Moura Silva³
Graduanda em Economia na FACE/UFG

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a evolução da distribuição de renda na Região Metropolitana de Goiânia, comparando os dados dos censos demográficos de 1991 a 2010. De modo geral, se observa uma mudança de tendência do comportamento da desigualdade na região. Entre os censos de 1991 e 2000, são observadas pioras no ambiente distributivo, enquanto os dados de 2010 mostram indícios de uma queda na desigualdade de renda.

Palavras Chaves: Região Metropolitana de Goiânia, Desigualdade, Censo Demográfico.

ABSTRACT

This article aims to analyze the evolution of income distribution in Goiania Metropolitan Area, comparing 1991 to 2010 census data. In general, a change in the tendency of inequality behavior in the area is observed. Between 1991 and 2000 census, it is seen worsening in the distributive environment, whereas 2010 data shows evidences of income inequality decay.

Keywords: Goiania Metropolitan Area, Inequality, Census.

JEL: D33, D63.

¹ monsueto@ufg.br

² drianamoura44@gmail.com

³ gabrielamouras@hotmail.com

1. Introdução

No Texto para Discussão n. 18, Monsueto e Campos (2010) analisam os dados dos censos demográficos de 1991 e 2000 para mostrar como evoluiu a distribuição de renda na Região Metropolitana de Goiânia. Neste artigo, os autores mostram que, apesar do aumento da renda per capita real, durante o período ocorreu uma piora no quadro distributivo da região, com significativo aumento dos indicadores de concentração de renda, com destaque para o tradicional índice de Gini. A análise finaliza com a expectativa de que os dados do então futuro censo demográfico de 2010 poderiam mostrar.

O presente artigo pretende retomar esta discussão, atualizando alguns dados da análise de Monsueto e Campos (2010) com as novas informações censitárias de 2010, tomando o mesmo recorte para a Região Metropolitana de Goiânia. A igual que o artigo anterior, a análise toma como referência os dados dos microdados da amostra em cada censo, com os arquivos de pessoas. A Região Metropolitana de Goiânia, até 1999, era composta por 11 municípios – Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goiânia, Goianápolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade, tendo a cidade de Goiânia localizada ao centro. Após a lei Complementar Estadual nº 78, a região passou a contar com 20 cidades. Contudo, para manter a comparabilidade, são mantidos também os mesmos 11 municípios, mesmo tendo em mente que a região sofreu modificações em sua composição ao longo das últimas duas décadas.

O artigo está estruturado em três partes, incluindo esta introdução. A próxima seção mostra como evoluíram os indicadores de pobreza e desigualdade de renda na região, enquanto a última seção tece alguns comentários e perspectivas para os próximos anos.

2. Evolução da renda entre os censos

A primeira análise a ser realizada diz respeito à evolução da renda per capita na região. Para tanto, e também no restante do artigo, é usada a renda domiciliar per capita, definida como a soma de todos os rendimentos do domicílio dividida pelo número de moradores. Para os fins deste trabalho, são usados apenas dados de residentes em domicílios particulares permanentes, onde ao menos um morador declarou receber algum tipo de renda. Os valores monetários se encontram deflacionados para reais de novembro de 2014, seguindo a metodologia sugerida em Corseuil e Foguel (2002).

Como permite observar a Tabela 1 abaixo, a renda média dos residentes na região tem crescido acima dos 30% entre cada período censitário analisado, se destacando as cidades de

Goianápolis, Senador Canedo e Hidrolândia. O município de Senador Canedo tem um crescimento justificado pelo desenvolvimento econômico vivido após a instalação do Centro de Distribuição da Petrobrás em 1996. A cidade possui uma localização estratégica e a presença do Terminal da Ferrovia Centro-Atlântica tornou propícia a formação de um polo petroquímico que atraiu diversas empresas que dinamizaram a economia regional, beneficiando também as cidades vizinhas como Goianápolis – município limítrofe que está entre os que se destacaram em crescimento da renda domiciliar per capita (SEPLAN, 2005). Já a capital Goiânia, apesar de ter a maior renda per capita ao longo de todo o período, apresenta um ritmo de crescimento abaixo da média da região nesta variável, um fenômeno cada vez mais comum entre as capitais e grandes cidades do país, onde os pequenos aglomerados urbanos tendem a crescer mais. Ainda assim, a última linha da tabela revela a importância da capital na geração e na concentração de renda da região, uma vez que a renda média é reduzida em quase 50% quando este município não é considerado. Por outro lado, é notável a perda da importância relativa de Goiânia entre os censos de 2000 e 2010, podendo esta ser uma primeira evidência de uma reversão do quadro de desigualdade detectado em Monsueto e Campos (2010).

Tabela 1 – Renda domiciliar per capita (R\$)

	Renda per capita		
	1991	2000	2010
Abadia de Goiás	-	500,0	751,4
Aparecida de Goiânia	410,1	519,9	893,0
Aragoiânia	331,4	496,9	737,9
Goianápolis	313,2	351,1	700,4
Goiânia	916,1	1300,4	1738,1
Goianira	301,7	464,2	687,8
Hidrolândia	298,1	543,8	838,3
Nerópolis	401,9	592,7	725,2
Santo Antônio de Goiás	-	571,8	755,6
Senador Canedo	296,4	416,6	695,6
Trindade	405,0	482,9	717,3
Região metropolitana	786,1	1036,6	1406,0
Região metropolitana sem Goiânia	387,6	502,3	823,4

Fonte: elaboração própria com dados dos Censos Demográficos.

Este aumento da renda per capita na região parece que foi sentida por praticamente todas as camadas da sociedade, desde os mais pobres até os residentes em domicílios mais ricos, como mostra o Gráfico 1. Neste gráfico são apresentadas as curvas de densidade da distribuição de renda em cada censo, permitindo observar um deslocamento para a direita da distribuição e

um aumento da porcentagem de pessoas que ganham perto da média. Um exame meramente visual do gráfico permite evidenciar ainda que o deslocamento recente, de 2000 a 2010, é mais significativo do que o observado entre os dois primeiros anos de pesquisa.

Este aumento da renda também entre as camadas mais pobres da população tem um importante reflexo sobre os indicadores de pobreza. Para melhor analisar esta questão em particular, é necessário o estabelecimento de uma linha de pobreza, ou seja, um nível de renda abaixo do qual um indivíduo pode ser considerado pobre. Desta forma, são utilizados os dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea) que delimitam linhas regionalizadas de pobreza para o Brasil desde os anos setenta, tomando como base as necessidades básicas de consumo de uma família⁴.

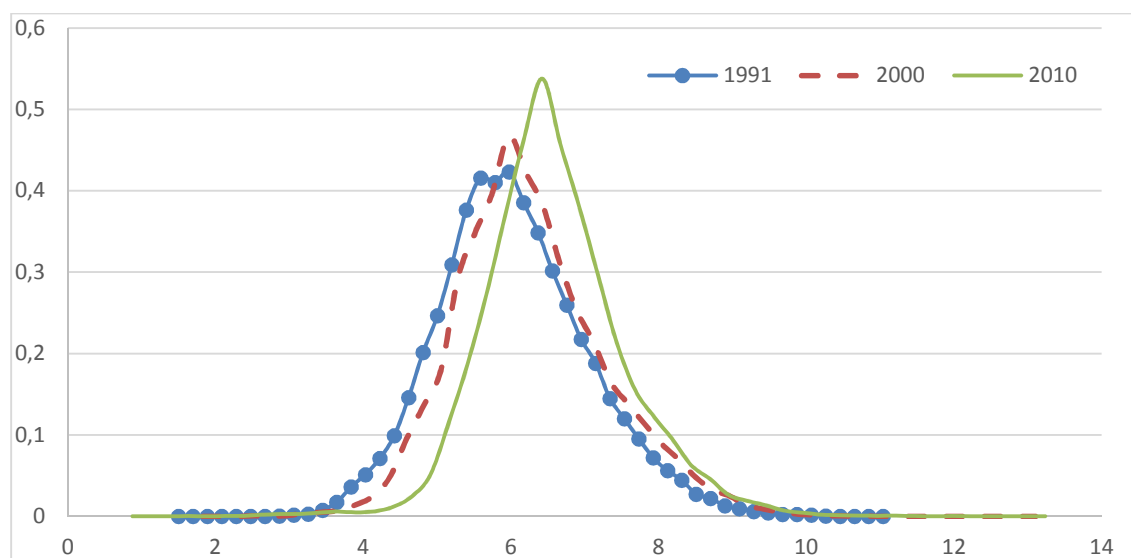


Gráfico 1 – Distribuição da renda per capita (logaritmo)

Fonte: elaboração própria com dados dos Censos Demográficos.

Tomando como referência esta linha de pobreza em cada ano de análise, a Tabela 2 mostra uma queda significativa na proporção de pessoas pobres na Região Metropolitana como um todo, apresentando no ano mais recente uma taxa de pobreza pouco acima dos 7%. Em pontos percentuais, o município de Goianira foi o que mais conseguiu reduzir o nível de pobreza entre os extremos do período considerado, reduzindo em quase 40 pontos a proporção de pessoas abaixo da renda mínima. Por outro lado, esta cidade ainda possui a menor renda per capita em 2010, de acordo com a anterior Tabela 1. Ao longo de todo o período, a capital registra a menor proporção de indivíduos pobres, enquanto Goianópolis parece ostentar o maior

⁴ Existem diversos modos de se estabelecer uma linha de pobreza ou de extrema pobreza. Para uma discussão sobre alguns destes métodos, recomenda-se a leitura de Souza e Jannuzzi (2014).

problema em termos percentuais, mesmo estando entre os municípios com maiores crescimentos de renda per capita da região metropolitana.

Tabela 2. Pessoas pobres (%), renda dos pobres e renda dos 10% mais ricos (R\$)

	Pobres (%)			Renda média dos pobres			Renda dos 10% Mais Ricos		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Abadia De Goiás	-	37,4	11,2	-	147,6	158,6	-	3221,8	4842,3
Aparecida De Goiânia	37,6	26,5	9,1	138,7	146,3	163,0	1347,6	3768,1	5453,2
Aragoiânia	48,6	35,7	12,7	125,0	139,1	143,4	1091,2	4740,7	4407,1
Goianápolis	58,1	44,1	22,9	119,5	138,9	133,6	1409,1	4250,1	5811,0
Goiânia	20,2	13,7	5,3	146,7	152,3	164,0	2047,2	5162,1	6267,6
Goianira	50,8	31,5	11,3	126,5	144,4	170,3	1304,8	3218,1	4080,9
Hidrolândia	55,4	31,0	10,4	118,2	147,0	174,5	1361,8	4271,7	4561,2
Nerópolis	45,6	29,2	12,6	130,1	149,4	163,3	1559,4	4976,4	3687,1
Santo Antônio de Goiás	-	29,3	12,5	-	156,4	154,9	-	4298,9	4482,0
Senador Canedo	45,6	36,3	13,1	127,8	145,3	158,2	1116,2	3886,0	4133,8
Trindade	45,6	31,0	12,2	133,6	143,7	158,3	1458,1	4012,0	4160,0
Região Metropolitana	25,4	18,8	7,2	141,5	148,8	162,4	1984,7	5077,6	6130,4
Região Metropolitana sem Goiânia	41,5	29,1	10,5	133,7	145,5	160,9	1364,6	3889,5	5083,3

Fonte: elaboração própria com dados dos Censos Demográficos.

A Tabela 2 permite confirmar que os moradores mais pobres também observaram aumentos reais em sua renda média, com um crescimento de 15% entre os censos de 1991 e 2010, principalmente no município de Hidrolândia, localizado mais ao sul da região. Por outro lado, a renda dos 10% mais ricos equivale a mais de 37 vezes a renda média dos que se encontram abaixo da linha da pobreza e ainda apresenta uma evolução histórica bem mais favorável.

Este último fato pode revelar um outro problema que apenas a análise do comportamento médio da renda não demonstra, que é a forma como esta renda se encontra distribuída entre a população residente. Ou seja, apesar dos significativos aumentos da renda real na região, existe uma persistente desigualdade distributiva entre os residentes. Para visualizar esta característica, as tabelas a seguir apresentam uma série de indicadores tradicionalmente utilizados para captar desigualdade de renda. O primeiro deles, na Tabela 3, mostra o índice de Gini, um instrumento bastante utilizado para comparações regionais e internacionais e que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais perto da unidade, mais concentrada em poucas pessoas está a renda de um país ou região.

Tabela 3. Coeficiente de Gini total e desconsiderando os 10% mais ricos

	Gini			Gini - 10%		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Abadia de Goiás	-	0,4951	0,4209	-	0,4093	0,3551
Aparecida de Goiânia	0,4560	0,4595	0,467	0,3268	0,3939	0,3507
Aragoiânia	0,4564	0,4595	0,4434	0,3635	0,4273	0,3512
Goianápolis	0,5028	0,4544	0,5035	0,3649	0,3944	0,4009
Goiânia	0,5650	0,6032	0,5801	0,2946	0,3931	0,3501
Goianira	0,4535	0,4593	0,4058	0,3614	0,4029	0,3474
Hidrolândia	0,5012	0,5089	0,4679	0,3974	0,4071	0,3476
Nerópolis	0,5363	0,5489	0,4171	0,3560	0,416	0,3476
Santo Antônio de Goiás	-	0,4777	0,4348	-	0,3797	0,3676
Senador Canedo	0,4259	0,4471	0,4265	0,3487	0,3977	0,3567
Trindade	0,4259	0,4732	0,4146	0,3384	0,3954	0,3496
Região metropolitana	0,5719	0,6028	0,4146	0,3173	0,4092	0,3624
Região metropolitana sem Goiânia	0,4705	0,4703	0,4485	0,3472	0,3624	0,355

Fonte: elaboração própria com dados dos Censos Demográficos.

Os dados revelam uma nítida diferença de comportamento da desigualdade entre as décadas consideradas. Se de um lado, os anos noventa parecem marcados por um aumento generalizado da desigualdade de renda na Região Metropolitana, os novos dados mostram uma importante reversão desta tendência, atingindo inclusive índices abaixo dos observados no início do período, como é o caso de Goianira, Hidrolândia e Nerópolis. Goiânia permanece sendo a cidade mais desigual da região e está entre as localidades onde o índice de desigualdade mais aumentou entre 1991 e 2000 e onde a redução foi menos intensa no período 2000/2010. Adicionalmente, algumas pesquisas mostram que o grupo dos 10% mais ricos é o principal determinante do valor do índice de Gini e que, ao se retirar esse grupo da amostra, os indicadores de concentração de renda diminuem de forma significativa (CEPAL, 2004). As três últimas colunas da Tabela 3 reproduzem este exercício para as localidades analisadas e revelam que o índice de concentração de fato diminuiu, principalmente em 2000. Um efeito semelhante é obtido quando Goiânia é retirada da análise, mostrando sua elevada relevância na determinação da desigualdade média da região.

Estes últimos fatos revelam uma importante contradição da capital em relação à renda per capita. Se, de um lado, a cidade é a principal responsável pela geração de renda na região, respondendo por quase 25% do Produto Interno Bruto do Estado de Goiás, segundo dados do Instituto Mauro Borges, por outro lado ela também é a mais desigual dentre os municípios analisados.

Da mesma forma que no artigo anterior, a análise do índice de Gini é complementada com a observação da forma como cada decil da distribuição de renda absorve esta mesma renda em cada ano, o que deve fornecer uma visão mais apurada de onde a renda está mais concentrada. Neste sentido, a Tabela 4 que mostra o quanto que cada decil da distribuição está absorvendo da renda per capita total. Em caso de perfeita equidade distributiva, a totalidade de pessoas em cada um desses decis deveria se beneficiar de exatamente 10% da renda domiciliar per capita em cada ano. Ou seja, 10% da população receberia 10% da renda gerada. No entanto, com a concentração, tem-se que os indivíduos do último decil, ou seja, os 10% mais ricos, detêm a maior parte desta renda, enquanto os moradores do primeiro decil (os 10% mais pobres) absorvem menos de 1,5% da renda per capita formada na região.

Tabela 4 – Apropriação da renda per capita segundo decis da distribuição de renda

Decil	Região metropolitana			Goiânia		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
10% mais pobres	1,1	1,1	1,4	1,7	1,9	2,2
2º decil	2,1	1,9	2,4	2,8	2,9	3
3º decil	2,7	2,7	3,2	3,8	4,2	4,3
4º decil	3,7	3,3	3,8	5,3	4,9	5,3
5º decil	4,6	4,1	4,9	5,7	6,2	6,5
6º decil	5,8	5,4	5,8	7,6	7,1	9,7
7º decil	7,6	6,6	7,3	9,2	10,6	7
8º decil	10,4	9,5	9,6	11,9	9,6	11,1
9º decil	16,2	15,4	14,6	16	15,4	15,2
10 % mais ricos	45,9	50	47	36	37,2	35,6

Fonte: elaboração própria com dados dos Censos Demográficos.

Em comparação com os anos, mais uma vez se nota a diferença de comportamento entre os anos noventa e a década de 2000, onde a primeira mostra uma perda de participação da renda em quase todos os decis, a exceção dos 10% mais ricos da população, ajudando a explicar o aumento do índice de Gini no período. Por outro, entre os censos de 2000 e 2010, os mais ricos perdem participação relativa na renda gerada, enquanto do primeiro ao oitavo decil se percebe um aumento da absorção da renda.

Um dos fatores que pode ajudar a explicar essa queda na desigualdade de renda na região pode ser a presença de fontes de renda além do mercado de trabalho, como o recebimento de pensões e a participação em programas sociais, como o Bolsa Família. Uma ideia da importância destes programas pode ser retirada do fato de que, em 2010, cerca de 9% das pessoas residiam em domicílios que recebiam rendimentos de programas como bolsa família e

de erradicação do trabalho infantil. Apesar dos dados não serem diretamente comparáveis, uma vez que a forma de cálculo das variáveis difere entre um Censo e outro, na pesquisa de 2000 o foi averiguado que o percentual de famílias que recebem algum auxílio similar era de 4%⁵. Adicionalmente e, ao mesmo tempo, os dados da Tabela 5 mostram uma queda na participação do mercado de trabalho na formação da renda per capita, principalmente entre os residentes em domicílios mais pobres nos anos mais recentes.

Tabela 5 – Participação do mercado de trabalho na formação da renda per capita (%)

Ano	Mais pobres	Mediana	10% mais ricos	Total
1991	88,4	87,7	90,6	89,2
2000	82,3	78,8	84,2	83,3
2010	71,7	79,8	84,1	82,6
Total	83,7	83,9	85,6	85,0

Fonte: elaboração própria com dados dos Censos Demográficos.

Em outras palavras, o mercado de trabalho goiano parece ser fonte importante de desigualdade de renda e os programas de transferência tendem a minimizar esse aspecto. Isso pode ser melhor evidenciado usando as informações da Tabela 6 a seguir que reproduz os indicadores de pobreza e o Gini para a região usando apenas a renda proveniente do mercado de trabalho. Quando os dados são comparados com as tabelas anteriores, fica claro que a porcentagem de pobres seria significativamente maior se os indivíduos contassem apenas com as remunerações de trabalho. O mesmo ocorre com o índice de Gini, mostrando que a renda do trabalho, salário em sua maioria, tem uma concentração maior que a renda total dos domicílios.

Tabela 6 – Pessoas pobres (%) e índice de Gini considerando apenas a renda proveniente do mercado de trabalho

Ano	Pobres (%)	Índice de Gini
1991	30,94	0,5807
2000	28,09	0,6288
2010	16,43	0,5749
Total	25,15	0,5948

Fonte: elaboração própria com dados dos Censos Demográficos.

⁵ Em 2000, a pergunta se refere ao recebimento de Renda Mínima, Bolsa-Escola e Seguro Desemprego. Não há pergunta similar no censo de 1991.

3. Considerações finais e o próximo censo

A breve análise implementada neste artigo mostra uma importante mudança de tendência nos indicadores de desigualdade em relação ao observado no estudo de Monsueto e Campos (2010). A desigualdade na região abriu um caminho de queda no período recente. A questão que se coloca é se esta é uma tendência permanente ou apenas um reflexo de mudanças temporárias nas economias goiana e nacional.

Neste exato momento o país se encontra a meio caminho do próximo período censitário, previsto para ocorrer em 2020. O que se pode esperar para este futuro censo é um misto de otimismo e de cautela. De um lado, se espera que a tendência de queda nos indicadores de pobreza e de desigualdade seja mantida e inclusive intensificada, devido, entre outros fatores, ao amadurecimento do mercado de trabalho na região e a ampliação dos programas sociais observada mesmo após a coleta de dados realizada em 2010. Soma-se a isso a série de investimentos que estão sendo implementados no Estado de Goiás, incentivando a criação de importantes polos industriais e o papel da Ferrovia Norte Sul pode desempenhar no desenvolvimento local (Campos, 2015).

Por outro lado, preocupa a persistente desigualdade do mercado de trabalho, o que vai exigir elevada atenção dos formuladores de políticas públicas, principalmente nos itens que tratam da geração de emprego na região. Desta forma, a criação de postos de trabalho não deve ser guiada apenas por metas quantitativas de números de novos trabalhadores, mas deve privilegiar a geração de bons empregos, com oportunidades de qualificação e ascensão profissional. A geração de empregos concentradas em postos de trabalho ou setores de baixa qualidade, sem condições de promover mobilidade social ou mesmo ocupacional em direção a melhores condições pode, longe de promover a homogeneidade de oportunidades, acentuar ainda mais as barreiras já existentes.

As decisões tomadas hoje, não apenas pelos macro-administradores da economia brasileira, mas também pelos gestores públicos locais terão significativo impacto sobre a resposta formulada no primeiro parágrafo desta seção. Infelizmente, a resposta definitiva será observada apenas em meados de 2021, quando os primeiros resultados censitários deverão começar a ser divulgados.

Referências bibliográficas

Campos, F.R. **A influência da Ferrovia Norte-Sul no desenvolvimento regional do território goiano**. Goiânia: UFG, 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, 2015.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, Panorama social de América Latina 2004, Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

Corseuil, C.H.; Foguel. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 897. 2002.

Monsueto, S.E.; Campos, F.R. **Distribuição de Renda na Região Metropolitana de Goiânia: os Censos de 1991 e 2000 e perspectivas para o novo Censo**. Goiânia: NEPEC/FACE/UFG, Textos Para Discussão do Curso de Ciências Econômicas n. 18. 2010.

Souza, M.F.; Jannuzzi, P.M. **Questões metodológicas acerca do dimensionamento da extrema pobreza no Brasil nos anos 2000**. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS, Estudo Técnico nº 08/2014. 2014.

SEPLAN – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO. **Ranking dos municípios goianos 2005**. 2005

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Prof. Moisés Ferreira da Cunha

Vice-Direção FACE

Prof. Sérgio Barroca

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Prof^ª. Andrea Freire de Lucena

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
Caixa Postal 131, CEP 74001-970, Goiânia
– GO.

Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.face.ufg.br/economia>

**NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas
Econômicas**

Coordenação

Prof. Sérgio Fornazier Meyrelles Filho

**SÉRIE DE TEXTOS PARA
DISCUSSÃO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFG**

Coordenação e Equipe de Editoração

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Barbara Christina Carrijo

Adriana Moura Guimarães

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do NEPEC. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do NEPEC ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.